

Audiência Pública Comissão de Minas e
Energia
Câmara dos Deputados

Por que sua conta de luz está cara?

Tribunal de Contas da União
(TCU)

Unidade de Auditoria Especializada em
Energia Elétrica e Nuclear (AudElétrica)

05/12/2024

Objetivos da audiência pública

Req. 86/2024

O que impacta no custo final da conta de energia elétrica?

O que pode ser feito para que esse valor não aumente, ou melhor, que diminua?

Propostas para melhoria e redução do custo da energia elétrica.

Fiscalizações TCU

Auditorias e outros tipos de fiscalizações julgadas no mérito

Política Tarifária do SEB

Min. Benjamin Zymler

TC 014.282/2021-6
Acórdão 1376/2022

Monitoramento das deliberações

Crise Hídrica 2021

Min. Benjamin Zymler

TC 016.319/2021-4
Acórdão 1567/2022

Monitoramento das deliberações

"Corrida do Ouro" no SEB

Min. Benjamin Zymler

TC 017.027/2022-5
Acórdãos
2353/2023

Monitoramento das deliberações

Geração Distribuída por Assinatura

Min. Antonio Anastasia

TC 005.710/2024-3
Acórdão 1473/2024
129/2024 e
955/2024

Monitoramento das deliberações

Abertura do Mercado - 1ª fase

Min. Antonio Anastasia

TC 021.844/2023-2
Acórdão 1878/2024

Em análise de recurso

Retomada das obras de Angra 3

Min. Jorge Oliveira

TC 047.400/2020-0
Acórdãos 666/2024
e 208/2020

Monitoramento das deliberações

Revisão Anexo C do Tratado de Itaipu

Min. Jorge Oliveira

TC 018.167/2020-9
Acórdão 2366/2023

Em análise de recurso

Planejamento da Operação

Eletroenergética do SEB

Min. Benjamin Zymler

TC 003.585/2022-0
Acórdão 922/2023

Monitoramento das deliberações

Transição Energética

Min. Walton Alencar

TC 020.606/2023-0
Acórdão 2470/2024

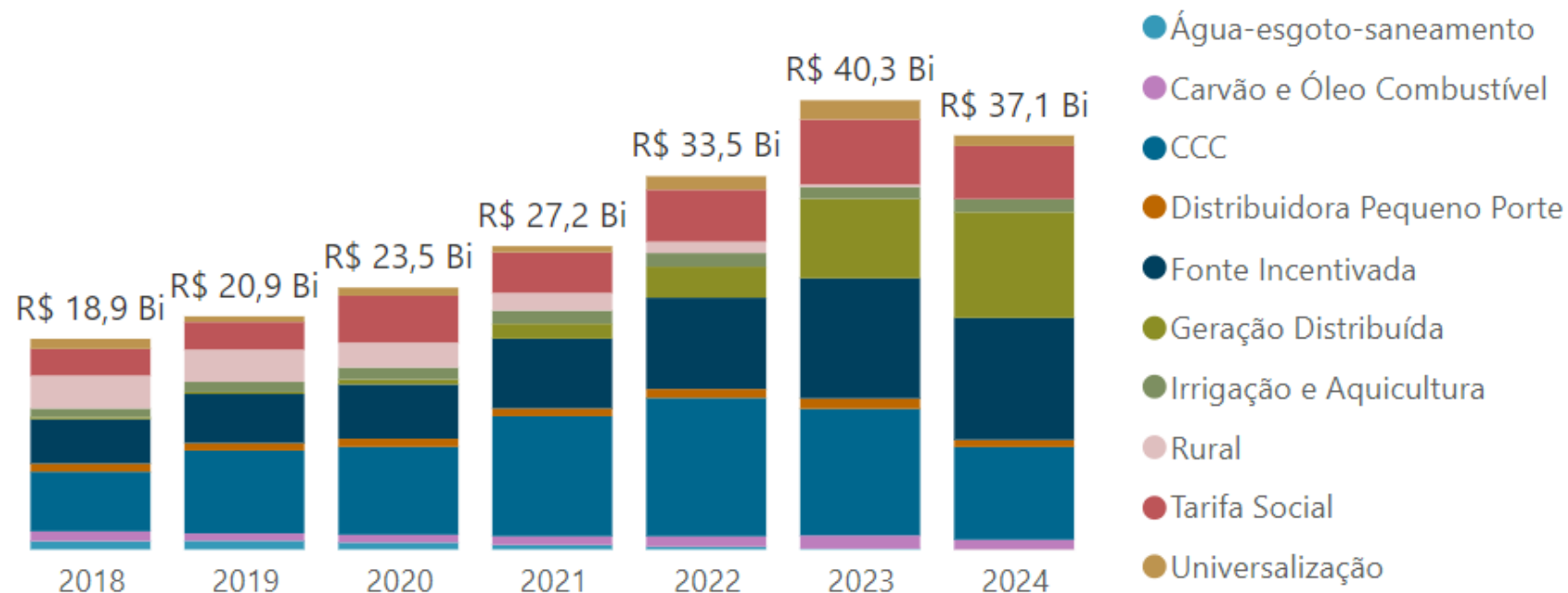
Monitoramento das deliberações

Em 2021, o TCU identificou 9 fatores que ajudavam a explicar o elevado patamar das tarifas...

... Fatores que impactam as contas de energia por vários anos

Carga tributária e encargos	R\$ 79 bilhões/ano
Pagamento de indenização de ativos de transmissão	R\$ 72 bilhões (decorrentes da MP 579/2013, parcelados até 2028)
Repasse do risco hidrológico ao consumidor - MP 688/2015	R\$ 70 bilhões acumulados (até jul/2021). Continua surtindo efeitos.
Não realização de leilões em 2012 em decorrência da renovação das concessões de distribuição próximas do vencimento	Exposição involuntária das distribuidoras no mercado de curto prazo, com assunção de empréstimo (Conta-ACR) de R\$ 21 bilhões para cobrir os gastos extras em virtude de crise hídrica que elevou o preço de curto prazo.
Aumento do custo da energia de Itaipu (variação cambial)	R\$ 21 bilhões acumulados (período 2014-2019)
Criação da Conta-Covid	Postergação de R\$ 14,8 bilhões de aumentos tarifários em 2020
Subsídios tarifários	Elevação da tarifa em virtude da concessão de benefícios a grupos específicos prescindindo de estudos aprofundados ou estimativas de impacto.
Redução do mercado consumidor regulado	Aumento da tarifa por 2 motivos : 1 - rateio de custos por menos consumidores; 2 - aumento de subsídios a fontes incentivadas (incentivo à migração para ACL).
Garantias físicas superdimensionadas e contratação de energia de reserva	Sem estimativa para o impacto total, que inclua os gastos com energia de reserva, que levem em consideração a degradação da segurança do sistema.

Sobre subsídios: impacto relevante e que cresce



~40
bi/ano

13,82%
da tarifa residencial

Desafios típicos na estrutura atual dos subsídios

- Ausências de limitação dos gastos com subsídios; de critérios de saída; de limite de prazo.
- Ausência de avaliações periódicas da necessidade do incentivo

Outros 2 fatores de impacto relacionados à crise hídrica de 2021

- **MP 1.078/2021 - empréstimo às distribuidoras** - aliviar reajustes tarifários em 2022, **postergando-os para anos seguintes** - e bandeira tarifária extraordinária (Conta Escassez Hídrica) - valor teto da operação (**R\$ 10,5 bilhões**). Estimativa de elevação em 0,76% nos reajustes dos próximos 5 anos (**2023 a 2028**).
- **Contratação emergencial de capacidade de fornecimento de energia (PCS)** - custo do programa **R\$ 39 bilhões**

Que se somou a mais 1 fator, consequência de diferimentos em reajustes de 2021

Pacote de 8 medidas de desoneração (MME/Aneel/Agentes do setor):

- Alívio de R\$ 18,8 bilhões nas contas de energia em 2021
- Diminuiu de 18,2% para 8,5% o reajuste médio das tarifas naquele ano, mas
- 6 medidas postergaram **custos com juros para reajustes seguintes** (diferimentos)

Outros fatores se somaram, outros irão desaparecer e outros os sucederão

Subsídios e justiça energética.

- a) Governo fixar objetivos com parâmetros mensuráveis a serem alcançados para o atendimento da ambição de justiça energética no Brasil, utilizando indicadores quantificáveis e metas para monitoramento.
- b) realizar estudo técnico para embasar a revisão da matriz de subsídios do setor elétrico com vistas a promover a justiça energética.
- c) Aneel continuar aperfeiçoando a fiscalização na concessão de subsídios.

Eventuais empréstimos ao SEB. Estado deve dispor de uma definição prévia de critérios e premissas para nortear tomadas de novos empréstimos ao SEB e que venham a constituir dívida a ser saldada por consumidores, incluindo análise frente a alternativas de menor impacto tarifário.

Angra 3. CNPE:

- a) decida sobre outorga e preços de energia de Angra 3 considerando (i) os estudos definitivos em relação à modicidade tarifária e ao impacto ao consumidor, e (ii) os custos de eventual abandono da obra
- b) Estabeleça limites para que novas ineficiências ou outros atrasos na obra não possam mais ser incorporados ao preço a ser aprovado.

Crises Hídricas.

- a) Plano estratégico de contingência para o enfrentamento de situações de crises hidroenergéticas futuras –ferramentas e medidas sequenciais e gradativas a serem usadas, critérios para acionamento de medidas.
- b) relatório de lições aprendidas na crise 2020/2021 - análise retrospectiva e individualizada das medidas adotadas e proposta de aprimoramentos.
- c) análise dos resultados do programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia como indutor de medidas de enfrentamento da crise também pelo lado da demanda.

Diferimentos de custos e reajustes. Estabelecer que medidas de diferimento de custos para próximos reajustes tarifários sejam precedidas de análise de impactos futuros e de custo-benefício da postergação do custo e análise de vantagens e desvantagens de se realizar tais medidas.

Itaipu. Dispor de proposta de critérios para orientar a seleção e priorização de projetos nos quais serão alocados os recursos de investimento socioambiental em infraestrutura previstos para serem realizados por Itaipu

OBRIGADO!